

SOLTEIRA, SEM FILHOS: MENOS QUE MEIA PESSOA?

ELIANE GONÇALVES¹

RESUMO

O não-casamento tem marcado a existência de mulheres em diferentes épocas e lugares. Exceto em contextos específicos de estímulo ao celibato, esta “condição” tem sido recorrentemente representada como falta essencial, anomalia social, jamais um caminho escolhido ou projeto de vida que pode ser vivido positivamente. Sob a lógica do familismo, que pressupõe o casamento e maternidade como lugares privilegiados de saúde e felicidade, a mulher não casada e não mãe é percebida como egoísta, solitária, infeliz, frustrada e insatisfeita, beirando à aberração. Neste artigo reflito sobre a relação entre maternidade como escolha e as convenções sociais ou normas de gênero que reputam as solteiras como menos que meia pessoa na escala de status social. O artigo é baseado em pesquisa realizada em uma metrópole brasileira nos anos 2000.

Palavras-Chave: gênero, maternidade, teoria social, família, feminismo

SINGLE, CHILDLESS WOMAN: LESS THAN HALF OF A PERSON?

ABSTRACT

The non-marriage has marked the existence of women in different times and places. Except in specific contexts of stimulus to celibacy, this “condition” has been repeatedly represented as essential lack, social anomaly, never a chosen path or life project that can be lived positively. Under the logic of familism, which presupposes marriage and motherhood as privileged places of health and happiness, the childless and unmarried woman is perceived as selfish, lonely, unhappy, frustrated and unsatisfied, bordering the aberration. In this article I reflect on the relationship between maternity as a choice and social conventions or gender norms that consider

1 Doutora em Ciências Sociais, professora de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, Brasil. Email: elianego@uol.com.br.

single women as less than half a person on the scale of social status. It is a research based article carried out in a Brazilian metropolis in the 2000s.

Keywords: gender, motherhood, social theory, family, feminism.

É pela maternidade que a mulher realiza integralmente seu destino biológico; é a maternidade sua vocação “natural”, porquanto todo o seu organismo se acha voltado para a perpetuação da espécie. Mas, já se disse que a sociedade humana nunca é abandonada à natureza. E, particularmente, há um século, mais ou menos, a função reprodutora não é mais comandada pelo simples acaso biológico: é controlada pela vontade.

Simone de Beauvoir, 1980 [1949].

O não-casamento tem marcado a existência de mulheres em diferentes épocas e lugares. Exceto em contextos específicos de estímulo ao celibato, esta “condição” tem sido recorrentemente representada como falta essencial, anomalia social, jamais um caminho escolhido ou projeto de vida que pode ser vivido positivamente. Sob a lógica do familismo, que pressupõe o casamento e maternidade como lugares privilegiados de saúde e felicidade, mulheres não casadas e não mães são percebidas como egoístas, solitárias, infelizes, frustradas e insatisfeitas, sem mencionar que, do ponto de vista médico e psicológico, representam uma anomalia beirando à aberração. Neste artigo percorro algumas linhas analíticas sobre a relação entre maternidade como escolha e as convenções sociais ou normas de gênero, vistas a partir de pesquisa empírica com mulheres solteiras, aqui compreendidas como mulheres não coabitantes e sem filhos numa metrópole brasileira nos anos 2000².

Sendo uma leitura parcial, situada e interessada, cabe ressaltar que o artigo não pretende ser exaustivo em termos argumentativos das teorias socioantropológicas sobre filiação, maternidade, casamento ou família, temas largamente estudados na teoria social clássica e

2 Pesquisa realizada entre os anos de 2003-2005, em Goiânia, Goiás, que resultou na tese: *Vidas no singular: noções sobre mulheres ‘sós’ no Brasil contemporâneo* (Unicamp, 2007) orientada por Adriana G. Piscitelli.

contemporânea. O objetivo é situar a discussão na contemporaneidade, no âmbito das sociedades complexas, mais precisamente as capitais ou metrópoles brasileiras e seus modos de vida permeados pelas ideologias modernas. A análise leva em conta as contribuições dos estudos feministas atentos ao entrelaçamento entre gênero, sexualidade, reprodução e geração.

Estudiosas/os que pesquisam tais conexões ressaltam as dificuldades em considerar mulheres solteiras uma categoria sociológica (FONSECA, 1989; GORDON, 1994; SIMPSON, 2005). No senso comum há uma variedade de situações ou expressões que a definem: a mulher jovem que *ainda* não casou; a “solteirona” que já passou da idade de casar; a “encalhada” que queria casar, mas não encontrou as chances no momento certo ou o homem certo; a separada (desquitada ou divorciada) que adia ou recusa uma nova união; a mulher em união consensual ou informal, considerada em seu estado civil como “solteira”; a mulher que mora sozinha, com ou sem par. Apesar de não abordado aqui, não podemos ignorar que casais – em toda a sua diversidade - sem filhos sofrem julgamentos e cobranças sociais em proporções semelhantes.

TER E NÃO TER FILHOS: ESCOLHA E CONTINGÊNCIA

É improvável que a recusa, o adiamento ou a não realização da maternidade de algumas solteiras contemporâneas se associe às noções proclamadas por feministas radicais dos anos 1960/70, que consideravam a reprodução biológica uma das faces da dominação masculina. Em que pese a utopia de Shulamith Firestone (1976), ao propor que a maternidade se realizasse fora do corpo da mulher – antecipando as discussões mais recentes da reprodução tecnológica –, o maior apelo do feminismo era justamente a liberdade de escolher ter ou não filhos e pela compreensão da maternidade como construção social e não como destino biológico inevitável. Por esta via, muitas

mulheres entraram na luta pelo direito à contracepção, à liberdade sexual e ao aborto.

Mulheres solteiras que se engajam em relações heterossexuais podem, atualmente, e com relativa segurança, escolher entre vários métodos contraceptivos, recorrer ao aborto com proteção legal em muitos países (mas não no Brasil), além de contarem com um arsenal de tecnologias reprodutivas que virtualmente separam sexo de reprodução, recolocando a questão mais em termos do *quando* ser mãe (TAIN, 2005). Martha Ramirez-Gálvez (2003) analisa como as novas tecnologias reprodutivas (NTR) colocam uma problemática nova para as teorias de gênero que criticam a matriz heterossexual reprodutiva expressa na exigência de coerência entre sexo-gênero-desejo-orientação sexual-reprodução. Segundo a autora, as NTR favorecem a emergência de novas perspectivas face ao parentesco, na medida em que permitem separar reprodução de sexo.

A perspectiva heterogênea de gênero em abordagens feministas tem permitido pensar a maternidade em suas múltiplas facetas simbólicas: realização, opressão e poder (SCAVONE, 2001). Uma vertente do feminismo conhecida como diferencialista, erroneamente e recorrentemente associada ao feminismo francês, de matriz lacaniana, atribui à maternidade uma fonte de poder feminino³. Algumas das representantes desta corrente de pensamento são teóricas feministas estadunidenses mais conhecidas na teoria política. A maternidade seria um *ethos* diferenciador entre masculino e feminino e produtora de um modo diferente de perceber o mundo, aspecto que tornaria as mulheres emocionalmente superiores aos homens em suas escolhas e decisões pautadas por uma ética do cuidado (ELSTHAIN, 1995).

Para o feminismo, não importa a sua matriz de filiação, a maternidade é socialmente construída e não um dado biológico. Em que pese as variantes no interior do pensamento feminista sobre se a

3 Notadamente Nancy Chodrow, Carol Gilligan e Jean Bethke Elshtain, teóricas do “pensamento maternal”. Para uma leitura crítica desta corrente teórica no feminismo cf. Stacey (1986), Dietz (2003), Barret e McIntosh (1991), mais recentemente Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli (2013), entre outras.

maternidade pode ser considerada um valor superior que inspiraria novas práticas sociais, a questão que se coloca é: as feministas ao se posicionarem criticamente à maternidade como obrigação são contra ela? (REIS, 2008).

A pergunta é compreensível. Um certo contexto hostil ao feminismo tendeu a mostra-lo como um movimento anti-maternidade, sobretudo se tomadas as campanhas pela legalização e descriminalização do aborto. Esta hostilidade levou a uma visão do senso comum, disseminada por um tipo específico de mídia que associa feministas a mulheres radicais “feminazis”: feministas são retratadas como anti-homens, queimadoras de sutiã, vítimas choronas, antifemininas e lésbicas (HALL; RODRIGUEZ, 2003).

Não apenas a maternidade, como também o casamento, tem sido colocado sob a mira crítica das diversas ondas do feminismo. Em parcela do chamado feminismo da segunda onda são, justamente, o casamento e a família as instituições que estão sob ataque. Apoiada em Nicholson (1986), apontei em outro lugar (GONÇALVES, 2007) que a vertente liberal influenciou mais diretamente a luta por direitos na esfera pública, ao condicionar a superação da subordinação da mulher à obtenção de direitos no plano formal, particularmente a conquista de oportunidades de treinamento e profissionalização. Se para as radicais o trabalho não era menos importante, a discussão levantava questionamentos políticos mais desestabilizadores – ruptura com a norma heterossexual, fim do contrato de casamento, crítica à família, controle sobre o corpo, maternidade como escolha voluntária, entre outras. De modo geral, mas em diferentes escalas, as feministas da segunda onda criticavam e recusavam a separação das esferas público/privado e suas dicotomias fundadas na diferença sexual. A liberdade de escolha emerge nesses discursos como algo ligado à autonomia pessoal (*personhood*)⁴ dentro de um quadro social e político de enormes desvantagens para as mulheres.

4 Sônia Corrêa e Rosalind Petchesky (1994, p.115) propõem o termo *personhood*: o direito à livre autodeterminação é irreduzivelmente pessoal, não abstraído dos contextos históricos

Na pesquisa que baliza este artigo, a maternidade se configurou de modos diferentes em termos simbólicos para cada entrevistada. De modo geral, o grupo apresentava nuances que permitiram distinguir três situações: 1) as que já pensaram no assunto, viveram momentos de hesitação ou até mesmo engravidaram e, por algum motivo – idade, característica individual ou da relação naquele momento, etc. –, decidiram não ter filhos e nem planejavam adoções. Neste grupo, algumas encontraram formas de realização “maternal” fora da maternidade biológica; 2) as que tinham, mesmo com hesitações e ponderações, projetos futuros de maternidade – biológica ou por adoção; 3) as que nunca pensaram e, sob qualquer hipótese, não queriam ser mães. Em cada grupo encontram-se quatro entrevistadas agrupadas por afinidade após a análise. No grupo das que desejavam engravidar, apenas uma tinha mais de 40 anos. Das que já passavam dos 45, nenhuma falou da possibilidade de adoção, ou seja, a maternidade não foi cogitada.⁵

Mais que o desejo de querer ou não ser mãe, os momentos de inquietação com a maternidade, por volta dos trinta anos, são pautados pela dúvida sobre a idade limite para tomar uma decisão final e a escolha de ter ou não ter filhos é mediada por contingências diversas. A imagem idealizada da mãe como símbolo do eterno feminino tem sido reavivada continuamente nos diferentes âmbitos de produção de ideias. Essa imagem social internalizada, o *habitus* (BOURDIEU, 2009; 2003) pressiona as mulheres na direção de sua realização, como sugere o relato de Cândida que, embora tenha tido namorados no passado e

e sociais; não é meramente uma escolha individual e precisa ser garantido social e culturalmente.

- 5 Foram realizadas entrevistas em profundidade e de longa duração com 12 mulheres que atenderam ao perfil previamente elaborado pela pesquisadora: serem de camadas médias, morarem sozinhas há pelo menos dois anos à época do estudo, não terem filhos. Elas foram acessadas a partir do círculo social ampliado da pesquisadora seguindo o método das redes sociais de Elizabeth Bott (1976) utilizando a técnica da bola de neve. As idades variaram de 29-53 anos apresentando heterogeneidade em termos de sexualidade, raça/cor, religião, profissão e origem da família (autodeclarados). Para maiores detalhes sobre as biografias e as trajetórias de cada uma delas, consultar a tese *Vidas no singular: noções sobre mulheres 'sós' no Brasil contemporâneo* (GONÇALVES, 2007).

sido “noiva para casar”, atualmente só se relaciona afetivamente com mulheres:

Eu já me preocupei, quando tava perto dos 30, eu tive a história da maternidade (...), porque o jeito meu de cuidar, de ser afetuosa, esse lado as pessoas associam com o maternal, então eu sou muito cuidadora. Assim, amiga de colo, de ofertar colo e sempre tive ótimas relações com criança na minha família. Como sou a filha mais velha pelo lado da minha mãe, então meus priminhos são muito mais novos e rolava muito essa história de cuidadora. Eu sempre tive uma história de que eu ia ser mãe, que era uma coisa que eu queria viver, então com 30 anos eu balancei (Cândida, professora universitária, branca, 36 anos).

Situações envolvendo parceiros que tiveram filhos em outras relações – formais e informais – são comuns nos arranjos familiares da contemporaneidade. Évora, que se relaciona de maneira estável com um parceiro que já têm filhos de dois outros relacionamentos, argumenta que, quando conversaram a respeito de filhos, sentiu-se num impasse, pois desejava ser mãe, mas não se sentia segura do ponto de vista biológico por causa da idade. Suas convicções falaram mais alto, entre a dúvida e o desejo, sua atitude mostra uma decisão tomada com autonomia, sem excluir a mediação do outro:

Ele queria ter um filho comigo, e eu não queria ter porque eu já tinha quarenta anos e eu não sou partidária do aborto, mas se eu tivesse um filho excepcional isso pra mim ia ser o fim. Aí aquilo me angustiava e ele falava que queria, que ele era um bom pai, que eu sabia que ele era pai, independente se morasse ou não aqui ia saber cuidar da criança. Hoje eu me arrependo e não me arrependo de não ter tido esse filho. Ele pesquisava na Internet que tinha uma pílula assim que você tomava e acabava com os óvulos ruins e me entregava aquilo no convencimento que tinha que ter um filho. Ele falava “a Silvia Popovic teve filho com quarenta e cinco anos”, eu falei “não me interessa a Silvia Popovic, entendeu? Você tem mania de casar com as mulheres, ficar com as mulheres e ter um filho, isso é até uma coisa machista” (Évora, pesquisadora, negra, 44 anos).

Para Jussara, funcionária pública, 35 anos, a maternidade representa a reposição daquilo que ela não teve: um pai, uma mãe vivendo juntos e criando seus filhos: “eu acho que filho precisa das duas figuras, porque eu senti falta das duas. Se eu não casar, vou adotar, mas não sei se faria isso sem um parceiro”. De modo semelhante, o desejo de Meire está vinculado à existência de uma família percebida como tradicional:

Adoro criança (...) Não quero produção independente, ter filho seria casada, não só um filho, queria ter uma família enorme, quatro filhos brigando na mesa... Só se fosse casada e [o filho] querido, se fosse apaixonada por um homem que eu quisesse casar com ele num casamento tradicional. Casamento que eu falo é juntado ou... Acho que se tiver que acontecer... Não fico planejando como seria... Eu sou uma pessoa que adora criança, me encanta criança, qualquer coisa de criança, mas, não sei. Uma coisa é..., eu não queria produção independente, mas não é por questões preconceituosas, da sociedade... Eu queria filho numa família, entre aspas, normal, que tem uma mãe presente, no sentido de não trabalhar tanto. Se eu tiver um filho eu vou trabalhar mais ainda (Meire, profissional liberal, branca, 34 anos).

Mudanças e permanências têm sido objetos da reflexão sociológica desde sempre e nas narrativas acima, observamos como a ênfase no modelo nuclear de família constitui-se naquilo que Daniele Kergoat (2010, p. 94) chama de paradoxo do “tudo muda, mas tudo permanece igual”. A autonomia e o modo de vida singular não modificam substancialmente as representações do ideal de família conjugal. Algo semelhante pode ser visto no trabalho de Tania Salém (1987) sobre os dilemas e impasses do “casal igualitário”, onde a ânsia pela simetria nas relações íntimas não desbanca um certo modelo tradicional de casamento que funciona, de modo idealizado (igualitário), como fora do social, regido pelos desejos idiossincráticos do par.

A FAMÍLIA ANTISSOCIAL

Segundo Tuula Gordon (1994, p.1) “a norma heterossexual presume o par no contexto do amor romântico, do casamento e da maternidade” e essas noções, inculcadas desde muito cedo nas mulheres, são atravessadas por ideias de amor, instinto maternal e dependência masculina, como salienta Adrienne Rich (1980). Mulheres que não desejam ter filhos costumam ser chamadas de egoístas, que só pensam em si mesmas. No espaço de duas gerações – as solteiras atuais e seus pais/mães –, algumas entrevistadas apontam para diferenças no modo de perceber a maternidade/paternidade, influenciando a decisão de ter filhos:

Eu vejo meus pais, eles lutaram tanto, ninguém pensa em ter quatro filhos igual meu pai e minha mãe tiveram. Hoje eu penso que eles podiam ter pensado um pouco mais neles, só pensaram nos filhos. (...) Eu não quero isso prá mim, pros meus filhos, não quero, de jeito nenhum essa carga de responsabilidade. Meu medo de ter filho, talvez seja esse, de ter que doar tanto, eu não quero isso, eu acho que eu sou um pouco egoísta pra ter filho, hoje. Acho que tem que pensar bastante antes de ter filho, principalmente no meu caso (Sarah, executiva, branca, 29 anos).

Ao trazerem para o centro de suas reflexões o modelo familiar, Meire e Sarah realizam um corte geracional. Entretanto, vale notar que as restrições ao casamento e as críticas ao modelo considerado opressivo não se repetem nas noções acerca da família, algo semelhante também descrito por Gordon (1994). Em que pese o registro de queixas, conflitos e tumultos, a família nuclear é alvo de maior condescendência e o modelo em si jamais é criticado. Nesse sentido, não há conexão entre a crítica que se faz ao casamento “tradicional” e as queixas provocadas pelas relações familiares no modelo de família percebido como dominante na sociedade.

Segundo Michelle Barret e Mary MacIntosh (1991), expectativas de afeto, cuidado e intimidade – necessidades humanas que precisam e devem ser satisfeitas – se encontram ou se projetam na família,

mas não deveriam ficar aí circunscritas. O caráter sagrado, pré, ou mesmo anti-social e sua aparente universalidade tornam a família uma instituição preservada, como o último refúgio num mundo sem coração, parafraseando Christopher Lasch (1991). Michel Foucault (1997) e Barret e MacIntosh (1991) oferecem uma crítica contundente ao “familismo” presente nas teorias sociais, mas divergem quanto à necessidade de um programa político orientado para mudanças. Para Foucault (1997, p. 37) é preciso “inventar” – e não descobrir – novas formas de vida que preencham os espaços vazios da empobrecida realidade existente sem que, para isso, seja necessário propor alguma ação programática alternativa, alegando que tão logo um programa é formulado, ele se torna lei.

Barret e MacIntosh, sob uma perspectiva socialista, propõem alguns princípios de luta que teriam como objetivo encorajar a diversidade, os estilos de vida “alternativos”, fora dos limites estritos do individualismo. Para as autoras, o casamento é uma instituição opressiva tanto para casados quanto para não casados, na medida em que tende a circunscrever o casal na díade doméstica. Os princípios de luta recomendam que ninguém jamais mantenha uma mulher na posição de dona-de-casa; deve-se ter precaução contra a domesticidade; fortalecendo o coletivo: “quanto mais forte é o coletivo, quanto mais próximos são os laços entre os membros de uma comunidade, menor é a necessidade de escapar da solidão no casamento” (BARRET E MACINTOSH, 1991, p.140-143). As autoras não propõem a substituição da família, mas mudanças na sociedade para que a família se transforme em algo diferente, não em uma instituição antissocial.

Reitero que casamento, reprodução e maternidade – temas muito relevantes para o feminismo da segunda onda – abriram a esfera privada e a família a uma análise política, desafiando as modernas concepções de família. Feministas radicais colocaram o casamento sob rigoroso escrutínio e a liberdade de escolha afetiva e

sexual foi afirmada como um direito.⁶ Desde o início, as feministas (liberais, radicais e marxistas) pensavam a família como uma construção ideológica e o papel de esposa e mãe como socialmente construídos. Entretanto, segundo Roona Simpson, essas teorizações não questionaram a universalidade da família nuclear e, seguindo a lógica do casal provedor/cuidadora como universal, desconsideraram a diversidade de parentesco e arranjos de sexualidade e classe. Ainda, segundo a autora, temas como o lesbianismo e as mães solteiras receberam atenção, mas “faltaram teorizações especificamente dirigidas ao estatuto marital, àquelas que nunca se casaram, mas que não eram nem lésbicas nem mães” (SIMPSON, 2005, p.27).

Katherine Holden (2002), em outro exemplo da ausência de um lugar social para as solteiras, ilustra o caso das “viúvas imaginárias” na Inglaterra do pós-guerra. Jovens que perderam seus namorados, maridos potenciais, nas duas guerras mundiais – denominadas “viúvas” – despertaram sentimentos de piedade na sociedade. A autora assinala a criação de uma instituição de benefícios sociais para essas “viúvas” – fato contestado pelas principais organizações feministas da época. A sociedade parece ter encontrado uma alternativa compensatória à “falta” socialmente percebida, encorajando essas solteiras a buscar substitutos para sua condição de mulher só através da “maternidade social” – cuidar de idosos e crianças, ser professora ou enfermeira. De certo modo, alguma forma de “compensação” é perceptível nas narrativas daquelas que declaram realizar uma maternidade parcial ou cuidar de sobrinhos, como Tália:

Eu ajudei muito na criação dos meus sobrinhos, assim, não na educação, na criação mesmo, quando eles eram pequenininhos. Minhas irmãs trabalhando..., foi bom pra mim, foi bom pra eles, eu tive essa vivência com crianças que é muito bom, é um lado positivo de ser sozinha porque não tinha os meus, não tinha marido, aí eu podia

6 Ver Alix Kates Shulman, 1980. A autora analisa a correspondência que as relações heterossexuais (o coito) tinham com a instituição do casamento, fato que levava algumas organizações feministas a limitar inclusive a participação daquelas que mantinham relações com homens.

estar disponível. Agora eles são rapazes, já são formados, o mais novo está com vinte e três anos. (...) Tenho afilhados dentre os sobrinhos e fora, também. Tinha até apelido de madrinha na família, com a mania de me chamarem para madrinha [risos] (Tália, funcionária pública, morena, 53 anos).

Formas alternativas de maternidade foram consideradas utopias nas formulações teóricas de feministas da segunda onda. A educação socializada, repartida coletivamente, fazia parte das discussões acerca da transformação no modelo de família (DURHAM, 1983). Atualmente, os estudos sobre o cuidado com as crianças em famílias – por exemplo, o papel das avós como mães pela segunda vez – não abordam a noção da “tia”, agora encarnada em uma mulher independente, que mora sozinha e que se sente realizada com a “maternidade parcial”, tal como definida por Helena e Tália:

Eu já tive sonho na faixa dos 20, 25 anos de ter filhos, mas hoje não é um sonho meu ter filhos, passou. Acho que não dou conta, acho que tem que ter muita responsabilidade, eu não daria conta..., educar uma criança, acho que criaria uma pessoa mandona, cheia de manhas, sabe. A minha afilhada quando eu encontro com ela, ponho todas as manhas nela, eu acho que eu criaria uma criança assim, protegida demais, [sinto falta], mas, tenho o suficiente. Tenho uma sobrinha, sobrinha-neta, que tá com oito anos e que está dentro da minha casa [a outra casa, no interior], que ajudo a cuidar. Os filhos desta minha amiga, minha afilhada, os dois outros meninos, a filha de uma amiga minha também que tem um enjôo comigo..., então esse criar à meia, temporariamente, o filho do outro, me satisfaz (Helena, professora universitária, 44 anos).

Eu falo assim, eu nasci para ser TIA, EU SOU TIA! Tia dos meus sobrinhos, da cachorrinha [*que pertence à irmã*]... Gosto deste papel de tia, é uma opção! [risos]. Para mim é suficiente (Tália, funcionária pública, morena, 53 anos).

As mudanças no padrão reprodutivo favorecem as explicações em torno da recusa à procriação. No entanto, a soma de fatores

culturais, que associam o feminino à maternidade pode pressionar as que elegem não ter filhos. O longo trecho da entrevista de Camila oferece uma posição ainda mais “radical”:

Sempre tive uma cautela muito grande com isso. Primeiro, porque isso é até uma coisa interessante, porque eu nunca, apesar de ser apaixonada por criança, me envolver com a área de criança e adolescente, eu nunca tive em mim, desejo de maternidade. Sabe, isso é uma coisa que eu nunca, nunca foi algo presente em mim, então eu tinha um cuidado muito grande, sempre tive muito medo de engravidar, de não querer mesmo. Não é medo de ficar grávida, é de não querer mesmo ter um filho (...) Meus pais amariam ter um neto sabe? É até engraçado que nesse aspecto, até de chegar assim, de dizer [a mãe]: “Não, olha, tá tudo bem, você não tá aí desejando casar, não tem problema, mas arranja um neto pra mim” [Risos], eu até acho que é em função da continuidade da família, da vontade de ter uma criança mesmo, sei lá o que, então, tipo assim [a mãe]: “se você não quer criar, deixa aqui que a gente cria” [Risos]. Muitas pessoas acham isso estranhíssimo. Aliás, é até engraçado, porque também tive algumas amigas que por questão de saúde mesmo, de ter aparecido mioma, uma série de problemas que tiveram que retirar o útero e isso foi algo assim tão sofrido pra elas, no sentido de dizer “meu deus, mas e aí, eu não mais vou poder ser mãe”..., e eu até fiquei assim, falei “meu deus, isso não acontece comigo”... Eu não tenho isso, se eu falar que tenho eu tô mentindo (...) Mas eu não funciono desse jeito, não é algo que seja importante, prioritário, que me mobilize. E até hoje tenho me dado muito bem com isso, assim, sem me descabelar, ou sem ceder a isso. Quando minha mãe me veio com essa proposta, eu falei “que é isso? tá louca, me achando o quê, uma reprodutora?” (Camila, psicanalista, negra, 43 anos).

Camila reporta a uma noção importante associada ao corpo, afirmando, em certo sentido, que ser mulher não é igual a ter um útero, reafirmando, assim, a contestação feminista de que anatomia não é destino.

Embora a psicanálise tenha uma teoria para o corpo e a sexualidade e ferramentas teóricas poderosas para compreender o desenvolvimento social do indivíduo, para Myra Hird (2003), mulheres sem filhos permanecem, em larga medida, um tema pouco investigado em algumas teorizações freudianas, que consideram a reprodução sexual e a maternidade uma marca fundamental da identidade de gênero.

Do ponto de vista feminista, essa marca pode patologizar a mulher sem filhos, como uma “falha”, ao não conformar-se ao imperativo da reprodução sexual. Ainda segundo Hird, na literatura contemporânea, inclusive feminista, prevalece a associação entre mulheres sem filhos e carreira profissional, de um lado, sugerindo que, ao privilegiarem suas carreiras, elas agem como homens; de outro lado, explicitando a relação naturalizada entre reprodução sexual e feminilidade. Ao criticar as noções de corpo como pré-social e a noção de diferença ontológica entre os sexos, a autora argumenta que “os corpos são constituídos através de discursos social, cultural e político. Nesta perspectiva, o corpo é sempre histórico, mutável, com todas as configurações possíveis de poder e significação” (HIRD, 2003, p.7).

As considerações de Hird ecoam em algumas perspectivas sócio-antropológicas que pressupõem a ideia de casamento e da reprodução como símbolo de entrada no mundo adulto. Assim, mulheres sem filhos são percebidas como seres, além de “anormais”, também infantilizados, sem estatuto próprio no seu grupo social. Evoco, aqui, análise de Lévi-Strauss sobre o solteiro, em alguns povos, considerado apenas meio ser humano. O autor imputa essa “meia humanidade” ao fato de, ao não se casar, estar impedido de gozar dos benefícios de uma esposa pela divisão sexual do trabalho, afirmando que, fora do matrimônio, um solteiro não poderia sobreviver. Casais sem filhos também são percebidos em posições de baixo *status*, mas o solteiro é um pária que desperta no grupo sentimentos da “mais autêntica repulsa” (LÉVI-STRAUSS, 1980, p.19-20). Mulheres solteiras e sem filhos são inexistentes nesta abordagem do autor sobre a família

e o parentesco. Caso existissem, e Lévi-Strauss as tivesse notado, seriam percebidas como menos que meio ser humano?

A mesma passagem de Levi-Strauss foi comentada por Françoise Heritier (1996) em *Masculino/Feminino*, no capítulo dedicado ao celibato. A autora analisa um conjunto de fatores socioculturais que determinam a valência diferencial dos sexos, fator estrutural e determinante das hierarquias de gênero em todas as sociedades. Em trabalho posterior, esta autora afirma que a sexualidade, a maternidade, a contracepção e o aborto são sítios de dominação que permanecem na contemporaneidade e que requerem investimentos para a dissolução desta hierarquia de gênero que resulta na valência diferencial dos sexos (HERITIER, 2007). Expressão semelhante é vista também, em *O Segundo Sexo*, na análise de Simone de Beauvoir (1980, p.167) sobre a condição da celibatária em outras sociedades: “o celibato – salvo em casos excepcionais em que se reveste de caráter sagrado – abaixa-se ao nível do parasita e do pária”.

“VIRGENS DE CRIANÇAS”: NOVOS ESTEREÓTIPOS

As percepções sobre pessoas solteiras e sem filhos também são históricas, particulares e contingentes. Como ressalta Cláudia Fonseca (1989, p.118):

Hoje, o modo de vida das mulheres solteiras tem pouco em comum com as solteironas de outrora. E, no entanto, os estereótipos já evidentes no século XVII (...) mudaram pouco. Primeiro, houve o discurso psicológico para condenar as solteiras como mulheres frustradas pela falta de atividade sexual. Depois, com a maior liberdade sexual e a progressiva desaparecimento de virgens públicas, tornou-se necessário redefinir o alvo do desprezo.

Citando o comentário de um amigo solteirão, a autora diz que hoje existem as “virgens de crianças”, ou seja, não basta ter relações sexuais, é preciso ser mãe e “a ideologia sobre a natureza feminina está

viva entre nós, sempre à espera de desviantes que possam perturbar os estereótipos vigentes” (FONSECA, 1989, p. 118).

Uma indagação recorrente no senso comum e em alguma escala presente na teoria social é sobre se as solteiras (válido também para os celibatários, mas entre os homens, outras questões emergem e não há espaço para abordá-las neste artigo) podem ser felizes, levar uma vida satisfatória, plena e gratificante. Tema recorrente na mídia, no chamado segmento “revistas femininas”, depoimentos sobre a pressão social para a realização da maternidade antes dos 35 anos são abundantes. Num texto recente, a jornalista, cineasta, roteirista e escritora Tati Bernardes, colunista do portal Uol na internet, publicou uma coluna intitulada “Legal, mas e o filho?” na qual explora sua “condição” de mulher de mais de 30 (37, ela admite) cansada das interpelações maternas. Em suas palavras, a sociedade não a vê como a mulher vencedora nas inúmeras conquistas na vida pessoal, familiar e na carreira, mas

como uma mulher perdida, oca, infantil, estranha, pois a gola da minha camisa de seda não vem com o ornamento “status da trintona que venceu de fato na vida” vulgarmente conhecido como golfo de leite” (BERNARDI, 2016, s.p., aspas da autora).

Ao final, a colunista não escapa da armadilha. A bravura em denunciar o julgamento social por sua [ainda] não-maternidade é contrastada com a frase “quero, mas não agora” e “sim, quero ser mãe”, confirmando a posição de Françoise Héritier de que “es comprensible entonces que el rechazo individual a la maternidad se convierta de algún modo en una voluntad de oposición a esa identidad impuesta, que requiere de mucha valentia” (HÉRITIER, 2007, p. 310).

Estudando mulheres solteiras, com e sem filhos, nos Estados Unidos, a socióloga estadunidense Kay Trimberger sinaliza que sentir-se valorizada nas escolhas que não incluem a maternidade só é possível se ignorarmos as mensagens culturais que são despejadas sobre nós. Para a autora, as coisas melhoraram um pouco para as

solteiras até os trinta anos, que ganharam visibilidade e aceitação social. No entanto, para as que passaram dos trinta e *ainda* (ênfase minha) permanecem solteiras, continuam estigmatizadas, já que culturalmente elas são treinadas para crerem que a felicidade só é possível com um marido, de preferência uma alma gêmea. Esta ênfase romântica “implicitamente rebaixa todos os outros tipos de relacionamentos humanos, especialmente amizades, famílias extensas, colegas, mentores, vizinhos e a comunidade” (TRIMBERGER, 2005, p. x, tradução minha). A visão da autora, ela própria uma mulher não-casada, mas mãe adotiva, nos leva a concluir que afinal, ter um par importa mais que ter filhos naquele contexto⁷.

Um dos aspectos diferenciais para mulheres não casadas e sem filhos nas grandes cidades é sua posição no mundo do trabalho. Mulheres solteiras, jovens e que não têm filhos costumam apresentar o que se entende por “alta performance”: ocupam cargos de chefia, ganham mais e são mais requeridas para viagens e tarefas que exigem dedicação, o que aumenta consideravelmente a sua circulação e conexão com outras realidades. Não raro, esses predicativos são tratados com ambivalência na teoria social que lamenta as “perdas” no âmbito matrimonial e reprodutivo, afinal, o adiamento e, por fim, a recusa à maternidade ainda são vistos como ruptura de um padrão que, em grande medida, também é naturalizado nas ciências sociais.

No entanto, o que estudos como o recorte que apresentei têm demonstrado é que mulheres que não tem filhos o fazem por escolha planejada - ainda que consideradas as ambivalências relativas a todas as escolhas e planos - e encontram realização e satisfação de diferentes maneiras em suas experiências e trajetórias de vida, exibindo determinação, vontade e autonomia, acima de qualquer

7 Agradeço a observação de um/a dos/as pareceristas de *Mediações* que me chamou a atenção para o risco de não transpor esta conclusão acerca do estatuto das “com par” e das “sem par, mas com filhos”, nos EUA. No Brasil, prossegue o parecer “No final, uma mulher, mesmo que mãe solteira da evidência de ter tido um ato sexual com um homem, mesmo que não viva junto”. Ou seja, aqui, no Brasil, do modo como acolho a observação do/a parecerista, compreendo que ter filho eleva o estatuto social da mulher independentemente dela ter um par ao longo da vida, pois confere a ela um sentido, um projeto, como nas abordagens de Gilberto Velho (1999).

coisa. Autonomia, nesse sentido, diz respeito ao direito e à capacidade das mulheres de exercerem controle sobre o próprio corpo e sobre as decisões na esfera sexual e reprodutiva, que não envolve apenas escolha voluntária, mas condições materiais, políticas e simbólicas para sua realização (CORREA; PETCHESKY, 1994). Se a não-maternidade ainda é, relativamente, uma escolha de poucas, na sociedade brasileira é porque, como afirma Giddens (2002) a propósito de novos estilos de vida, nem todas as escolhas disponíveis estão abertas a todos, já que há mais opções disponíveis que padrões gerais de estilos de vida e a existência ou inexistência de modelos visíveis influencia a escolha. Ao contrário do que dizem várias das teorias sobre desenvolvimento humano, sejam elas das ciências biológicas, psicológicas ou sociológicas, mulheres não-mães são seres inteiros e não pela metade.

REFERÊNCIAS

- BARRET, Michele and MACINTOSH, Mary. *The anti-social family*. London, Verso, 1991 [1983].
- BERNARDES, Tati. *Legal, mas e o filho?* Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/tatibernardi/2016/02/1743485-legal-mas-e-o-filho.shtml> Acesso em 27/02/2016.
- BOTT, Elizabeth. *Família e Rede Social*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.
- BOURDIEU, Pierre. Estruturas, habitus, práticas. In: _____. *O senso prático*. São Paulo: Vozes, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. Gosto de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato. (org.) *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo, Olho D'Água, 2003, pp.73-111.
- CORREA, Sônia & PETCHESKY, Rosalind. Reproductive and Social Rights: A Feminist Perspective. In: SEN, Gita, GERMAIN, Adrienne and CHEN, Lincoln C. (eds.) *Population Policies Reconsidered: Health, Empowerment and Rights*. Cambridge, Harvard University Press, 1994, p.107-123.
- DE BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980 [1949].
- DIETZ, Mary G. Current Controversies in Feminist Theory. *Annual Review of Political Science*. (6), 2003, p.399-431.

- DURHAM, Eunice. Família e reprodução humana. In: FRANCHETO, Bruna, CAVALCANTI, Maria Laura V.C. e HEILBORN, Maria Luisa. (Orgs.) *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1983, p.13-45.
- ELSTHAIN, Jean Bethke. Feminism, Family and Community. In: FRIEDMAN, Marilyn and WEISS, Penny A. (eds.) *Feminism and Community*. Philadelphia, Temple University Press, 1995, p.259-272.
- FIRESTONE, Shulamith. *A dialética do sexo*. Rio de Janeiro, Laboral do Brasil, 1976.
- FONSECA, Claudia. Solteironas de fino trato: reflexões em torno do não-casamento entre pequeno-burguesas no início do século. *Revista Brasileira de História* (18), 1989, p.99-120.
- FOUCAULT, Michel. Friendship as way of life. In: RABINOW, Paul. (ed.) *Michel Foucault: Ethics, subjectivity and truth. Essential Works of Michel Foucault*. Vol. 1. New York, The New Press, 1997, p. 135-140.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002.
- GONÇALVES, Eliane. *Vidas no singular: noções sobre mulheres 'sós' no Brasil contemporâneo*. Campinas: IFCH/Unicamp, 2007. Tese de doutorado.
- GORDON, Tuula. *Single Women: on the margins?* New York University Press, 1994.
- HALL, Elaine J. and RODRIGUEZ, Marnie Salupo. *The Myth of Postfeminism*. *Gender and Society* (17), 2003, p. 878-902. Disponível em <http://gas.sagepub.com/content/17/6/878>. Acesso em outubro de 2011.
- HERITIÉR, Françoise. *Masculino/Feminino II: dissolver la jeraquia*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Argentina, 2007.
- HERITIÉR, Françoise. *Masculino/Feminino: o pensamento da diferença*. Lisboa, Instituto Piaget, 1996.
- HIRD, Myra J. Vacant Wombs: feminist challenges to psychoanalytic theories of childless women. *Feminist Review* (75) – BRAH, Avtar, CROWLEY Helen and PUWAR, Nirmal. (eds.) *Identities –*, 2003, p.5-19.
- HOLDEN, Katherine. Nature takes no notice of morality: singleness and married love in interwar Britain. *Women's History Review*, vol. 11 (3), 2002, p.481-503.
- KERGOAT, Daniele. Consustancialidade das relações sociais. *Novos Estudos* (84), 2010, p.93-103
- LASCH, Christopher. *Refúgio num mundo sem coração*. São Paulo, Paz e Terra, 1991

- LÉVI-STRAUSS, Claude. A Família. In: LEVI-STRAUSS, GOUGH & SPIRO. *A Família, origem e evolução*. Porto Alegre, Vila Marta, 1980, p.7-47.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs). Teoria política feminista, hoje. In: _____. *Teoria Política Feminista, textos centrais*. São Paulo: Horizonte, 2013, p.7-54.
- RAMIREZ-GÁLVEZ Martha Célia. *Novas tecnologias reprodutivas conceptivas: fabricando a vida, fabricando o futuro*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, IFCH/Unicamp, 2003.
- REIS, Ana Regina Gomes dos. *Do segundo sexo à segunda onda: discursos feministas sobre maternidade*. Salvador, BA: PPGE/NEIM/UFBA, dissertação de mestrado, 2008, 142f.
- RICH, Adrienne. Compulsory heterosexuality. In: *Signs - Journal of women in culture and society*, vol. 5, nº 4. Chicago: The University of Chicago Press, 1980, p.631-660.
- SALEM, Tania. (1987). *Sobre o "Casal Grávido": Incursão em um Universo Ético*. Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ. Tese de Doutorado.
- SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo. *Cadernos Pagu* (16) 2001, p. 137-150.
- SHULMAN, Alix Kates. Sex and Power: sexual bases of radical feminism. *Signs - Journal of women in culture and society*, vol. 5 n. 4. Chicago: The University of Chicago, 1980, p.590-604.
- SIMPSON, Roona. *Contemporary spinsterhood in Britain: gender, partnership status and social change*. Thesis submitted for the PhD degree, University of London, 2005.
- STACEY, Judith. Are women afraid to leave home? In: MITCHEL, Juliet. & OAKLEY, Ann. *What is Feminism?* Oxford-UK, Blackwell Publishers, 1986, p. 208-237.
- TAIN, Laurence. Um filho quando eu quiser? O caso da França contemporânea. Florianópolis: *Estudos Feministas*, 13(1,) janeiro-abril/2005, p. 53-67.
- TRIMBERGER, Kay E. *The new singlewomen*. Boston: Beacon Press, 2005.
- VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999 [1981].

